

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 7.290, DE 2014

Cria a obrigatoriedade da instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio em túneis viários e de inspeção periódica destes sistemas, escadas rolantes e esteiras rolantes instalados em túneis viários e em outras instalações de acordo com os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Autor: Deputado ADEMIR CAMILO

Relator: Deputado ADAIL CARNEIRO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende tornar obrigatória a instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio em túneis viários e de inspeção periódica destes sistemas, escadas rolantes e esteiras rolantes instalados em túneis viários e em outras instalações de acordo com os critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Nesse contexto, fica obrigatória a instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio em túneis viários nos modais urbano, subaquático, rodoviário, metroviário e ferroviário de acordo com a ABNT NBR 15.661 e ABNT NBR 9050.

Ainda, fica obrigatória uma inspeção técnica de acordo com as NORMAS (ABNT NBR 5181:2013, ABNT NBR 15661:2012, ABNT NBR 15775:2009, ABNT NBR 15981:2011, ABNT NBR 9050:2004 e ABNT NBR 10147:2001 ou qualquer outra que vier a substituí-la), por engenheiro mecânico

ou engenheiro mecatrônico ou engenheiro químico ou engenheiro civil, como determina resolução do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA –, em sistemas de segurança e de proteção contra incêndio em túneis viários e escadas rolantes e esteiras rolantes.

Quanto aos serviços de inspeções e ao laudo técnico conclusivo, eles devem ser assinados pelos profissionais acima referidos sob sua inteira responsabilidade, conforme ABNT NBR 15775 e ABNT NBR 10147.

O laudo técnico conclusivo assinado pelo profissional habilitado deverá ser encaminhado ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA – de cada uma das Unidades da Federação ou a ela submetida.

Além disso, ficam incursos nas sanções do Código Penal e das leis pertinentes aqueles que não cumprirem o que determina o projeto de lei em comento. Essas sanções serão equivalentes à multa de 1.000 UF – Unidade Fiscal e será revertida a respectiva Unidade Federativa.

De acordo com o art. 32, inciso XX, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Viação e Transportes manifestar-se sobre o mérito da matéria.

Em seguida, a proposição será encaminhada à Comissão de Desenvolvimento Urbano para análise de mérito. Após, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição em exame está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o nosso relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposta em tela vai ao encontro de se garantir meios que proporcionem maior segurança a usuários e operadores dos diversos

sistemas operacionais de túneis rodoviários, metroviários, ferroviários e em outras instalações.

A proposição em análise se pauta em tornar obrigatória a instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio nesses túneis, de acordo com normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Nesse contexto, a obrigatoriedade de inspeções técnicas, os respectivos serviços e seus laudos técnicos devem também ser realizados conforme as regras elaboradas por essa associação.

Esclarecemos o fato de que, entre os órgãos de segurança pública, os Corpos de Bombeiros Militares são incumbidos, entre outras atividades, de:

- responsabilidade da segurança contra incêndio e pânico;
- realização de serviços de prevenção e extinção de incêndios;
- realização de pesquisas técnico-científicas, com o objetivo de obter produtos e processos que permitam o desenvolvimento de sistemas de segurança contra incêndio e pânico;
- realização de atividades de segurança contra incêndio e pânico, com o objetivo de proteger as pessoas e os bens públicos e privados;
- realização de perícias de incêndio relacionadas com a sua competência;
- realização de serviços de busca e salvamento;
- execução de atividades de defesa civil, nos termos da Constituição Federal.

Assim, acreditamos que as atividades de fiscalização devem ser bem definidas e independentes, respeitando as prerrogativas municipais e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Nesse contexto, o poder público tem a responsabilidade de editar dispositivos relacionados à sua esfera de atribuição, por ser uma responsabilidade de característica exclusiva dos Corpos de Bombeiros Militares, que possuem profissionais altamente qualificados, comprometidos, e

com a devida formação e o adequado treinamento na área de segurança contra incêndio e pânico, na realização de perícias e vistorias relacionadas à sua área de competência.

Além disso, a regulamentação pretendida pelo projeto de lei em análise não se sustenta, uma vez que as normas técnicas da ABNT, apesar de não se revestirem de força de lei, possuem a devida e necessária eficácia no que se relaciona ao tema em questão.

Dessa forma, estamos apresentando Substitutivo ao projeto de lei em análise com o objetivo de tornar obrigatória a instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio e pânico nos referidos túneis conforme as normas específicas dos Corpos de Bombeiros Militares estaduais e do Distrito Federal.

Ainda, registra-se que se pretende estabelecer que os serviços de instalação, conservação, manutenção e execução de laudos técnicos conclusivos relacionados a instalações e equipamentos devem ser assinados por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Diante de todo o exposto, nos aspectos em que cabe análise desta Comissão, somos pela APROVAÇÃO do PL nº 7.290/2014, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ADAIL CARNEIRO
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.290, DE 2014

Cria a obrigatoriedade da instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio e pânico em túneis viários e de inspeção periódica desses sistemas, equipamentos mecânicos instalados em túneis viários e em outras instalações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatória a instalação de sistemas de segurança e de proteção contra incêndio e pânico em túneis viários nos modais urbano, subaquático, rodoviário, metroviário e ferroviário de acordo com as normas específicas dos Corpos de Bombeiros Militares estaduais e do Distrito Federal.

Art. 2º É obrigatória a normatização e fiscalização por parte dos Corpos de Bombeiros Militares estaduais e do Distrito Federal em sistemas de segurança e de proteção contra incêndio e pânico em túneis viários.

Art. 3º Os serviços de instalação, conservação, manutenção e execução de laudo técnico conclusivo relacionados a instalações e equipamentos devem ser assinados por profissional habilitado e registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Art. 4º Os Corpos de Bombeiros Militares estaduais e do Distrito Federal deverão adequar suas normas aos ditames desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 360 dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado ADAIL CARNEIRO R
Relator